

***Hot spots* econômico-tributários:
apoio à ação fiscal a partir da análise
econômica regional**

Menção Honrosa

LADISLAU BATISTA DE OLIVEIRA FILHO



***HOT SPOTS* ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS: APOIO À AÇÃO FISCAL A PARTIR DA ANÁLISE ECONÔMICA REGIONAL**

RESUMO

O objetivo do trabalho é utilizar a análise econômica para auxiliar a tomada de decisão no que se refere à distribuição dos recursos e ao foco de atuação da Receita Federal do Brasil, sob o enfoque da eficácia da ação fiscal e do controle aduaneiro. Tomou-se como exemplo a realidade socioeconômica da 2ª Região Fiscal, que inclui 6 estados da região Norte: Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. O estudo inclui a evolução espacial e setorial da economia regional, e, quando necessário, estende a análise para a Amazônia de uma maneira geral.¹

A região sob foco representa fronteira de desenvolvimento, possuindo especificidades do ponto de vista socioeconômico que têm implicações significativas na área tributária. De fato, a região passou por intensa valorização de seus recursos nos últimos 50 anos, e esse processo a transformou de maneira profunda: de uma região com economia homogênea e de tipo colonial (simples), para uma região de grande complexidade econômica, com setores atrasados e modernos convivendo com populações heterogêneas. Diante desse quadro, e para atingir os objetivos colimados, – otimizar a alocação dos recursos

¹ Além dos seis estados citados, a Amazônia inclui também o estado do Tocantins, desde a Constituição de 1988 (BRASIL, et alii, 2002).

humanos, materiais e orçamentários visando a eficácia da ação fiscal – utilizou-se de análise da evolução histórica da economia amazônica, chegando até o momento atual.

Como metodologia, o trabalho introduz conceitos novos que vão permitir identificar regiões – *hot spots* – e setores – *atratores* – catalisadores de investimentos.

Ao final, tem-se um trabalho que consegue identificar os *hot spots econômico-tributários*, ou seja, regiões de interesse fiscal, onde se devem fazer, prioritariamente, investimentos na estrutura arrecadatória e/ou de controle do comércio exterior. Finalmente, classificou-se as unidades da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal de acordo com uma hierarquia de prioridades do ponto de vista do potencial tributário e/ou necessidade de regulação do comércio exterior, com vistas a subsidiar a decisão sobre a distribuição de recursos, bem como dar foco e apoiar a ação fiscal.

***HOT SPOTS* ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS: APOIO À AÇÃO FISCAL A PARTIR DA ANÁLISE ECONÔMICA REGIONAL**

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa produzir um mapeamento do potencial econômico-tributário na 2ª Região Fiscal, de modo a viabilizar a identificação dos pontos de interesse fiscal e/ou de controle do comércio exterior. O espaço de estudo compõe-se de 6 estados da Federação, cobrindo a maior parte da Amazônia legal: Amazonas, Pará, Rondônia, Amapá, Roraima e Acre. Esta composição, que representa 46% do território nacional, possui economia peculiar, baseada em enclaves econômicos modernos em meio a atividades econômicas tradicionais. Esse perfil é o resultado do modo de ocupação demográfica e econômica da região, que se deu principalmente na esteira de intervenções do governo federal, baseadas em incentivos fiscais e financeiros e na construção de infraestrutura.

Pode-se dividir a história socioeconômica da Amazônia em fases bem definidas no tempo. Primeiramente predominaram os interesses estrangeiros de exploração de matérias-primas naturais da região (principalmente o látex) e posteriormente os interesses nacionais de integração e incorporação da região ao processo de acumulação capitalista.

Diante das singularidades da realidade amazônica procurou-se estabelecer alguns fundamentos que permitissem, mesmo que preliminar-

mente, um mapeamento do potencial econômico-tributário da região.

Como metodologia, utilizou-se as seguintes ferramentas para a elaboração do trabalho:

- pesquisa bibliográfica e documental sobre a evolução socioeconômica da Amazônia;
- criação dos seguintes conceitos de suporte ao trabalho:
 - ✓ *Atratores¹ econômicos*: são setores econômicos que, num determinado momento, têm potencial para propiciar dinamismo econômico diferenciado para a região onde estão inseridos.
 - ✓ *Hot spots² econômico-tributários*: são locais onde há interesse de fomento da atividade fiscal, em decorrência do potencial econômico.
 - ✓ *Serviços não contemplados*: locais onde a Receita tem obrigação legal de disponibilizar serviços imediatamente ou no curto prazo. Teriam PRIORIDADE 1 na distribuição de recursos.
 - ✓ *Fomento*: unidades, normalmente associados a *hot spots*, em que são necessários investimentos maiores, pois o retorno será acima da média no curto e/ou médio prazos (investimento em PA³ → retorno em PG⁴). Teriam PRIORIDADE 2 na distribuição de recursos.
 - ✓ *Manutenção dinâmica*: locais onde se visualiza um crescimento moderado – investimento e retorno também moderados (inves-

¹ A utilização do termo *atrator* decorre de uma analogia com as terminologias utilizadas na teoria do caos. Poderia ter-se usado o termo setores dinâmicos. Entretanto, considerou-se mais interessante o termo atrator: na teoria do caos significa uma espécie de regra ou circunstância que define uma certa ordem em meio à imprevisibilidade dos sistemas complexos. A Amazônia parece situar-se exatamente no limiar entre um sistema econômico rudimentar e uma economia madura. Ou seja, há hoje, nessa região, um sistema complexo e heterogêneo, onde o moderno convive com o atrasado. Dentro dessa realidade podem-se visualizar alguns setores atraindo para si, e para o seu entorno, a parte mais significativa do capital que se dispõe a buscar sua valorização nessa região.

² O termo *hot spot* é utilizado nos estudos geológicos como sendo um local de vulcanismo presente ou latente, onde existe uma coluna de magma derramando lava na superfície ou prestes a aflorar. Daí sua analogia com pontos quentes econômico-tributários.

³ Progressão Aritmética.

⁴ Progressão Geométrica.

timento em PA → retorno em PA). Teriam PRIORIDADE 3 na distribuição de recursos.

- ✓ *Manutenção estática*: locais de retorno pequeno em relação aos investimentos. Deverão receber apenas reposição (investimento em PA → retorno em PA – 1). Teriam PRIORIDADE 4 na distribuição de recursos.

Para estabelecer a classificação acima exposta, utilizou-se a conclusão da pesquisa sobre a evolução econômica regional e, adicionalmente, o resultado de trabalhos dirigidos realizados com os administradores e assistentes de planejamento das Unidades da 2ª Região Fiscal. Importante notar que o foco do trabalho está voltado para correlações entre tendências locais e setoriais de evolução econômica e o potencial tributário, desconsiderando-se, pois, o volume de procedimentos da administração tributária como variável condicionante. Neste sentido, a presente obra pode ser entendida como um trabalho específico de visualização da realidade tributária, aqui observada sob o enfoque da base econômica real e potencial.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA⁵

2.1 Economia baseada no extrativismo

Até a década de 1950, a quase totalidade das mercadorias produzidas na Amazônia, de maior valor comercial, era de origem extrativa:

- látex da borracha;
- castanha-do-pará;
- madeiras de espécies nobres;
- peles de animais silvestres;
- ouro de aluvião, dentre outros minérios.

⁵ A referência principal para a análise deste capítulo foi Acordo Sudam/PNUD (2001).

A população da Amazônia estava concentrada na área rural. O sistema extrativista levava à dispersão da população no espaço. As principais aglomerações urbanas existentes, em 1950, na Amazônia, estavam localizadas às margens do rio Amazonas ou nos seus tributários. Os rios eram as estradas da Amazônia e comandavam a vida da população.

Em relação aos serviços públicos, havia baixa oferta. A dispersão espacial da população impedia a ampliação de serviços de saúde, educação, energia e comunicação. Não se criava escala suficiente para ofertar esses tipos de produtos sociais.

2.2 Centros econômicos regionais

Belém (PA) era o núcleo urbano mais rico e mais dinâmico da Região, o grande centro aglutinador das trocas na área oriental. Manaus (AM) era o segundo maior centro econômico regional, para onde também convergiam cargas de produtos extrativos que seriam exportadas. Na quase totalidade das situações, tanto os centros maiores quanto os secundários eram associados à malha fluvial, como demonstrado a seguir:

2.2.1 Destaques do lado ocidental

- Porto Velho (RO) – Rio Madeira;
- Rio Branco (AC) – Rio Acre;
- Boa Vista (RR) – Rio Branco;
- Manaus (AM) – Rio Negro;
- Itacoatiara (AM) – Rio Amazonas;
- Humaitá (AM) – Rio Madeira.

2.2.2 Destaques do lado oriental

- Belém (PA) – Rio Pará;

- Santarém (PA) – Rio Tapajós/Amazonas;
- Óbidos (PA) – Rio Amazonas;
- Macapá (AP) – Foz do Rio Amazonas;
- Breves (PA) – Rio de Breves;
- Marabá (PA) – Rio Tocantins/Itacaiúnas .

2.3. Núcleos extrativistas

Alguns sítios urbanos no interior da região apresentavam algum nível de especialização no comércio de produtos extrativos:

- Pará:
 - ✓ Marabá (sudeste do estado) – castanha-do-pará;
 - ✓ Breves (ilha do Marajó) – beneficiamento de madeira.
- Amazonas:
 - ✓ Humaitá (sul do estado) – comercialização de borracha;
 - ✓ Itacoatiara (nordeste do estado) – produção e exportação de madeira serrada.
- Acre:
 - ✓ Xapuri (sudeste do estado) – comercialização da borracha.

2.4. Economia baseada no sistema de trocas

A economia regional nesse período era baseada no sistema de trocas, denominada aviamento. As trocas eram realizadas no “Barracão”, armazéns localizados nas barrancas dos rios com um trapiche para as operações de carga e descarga. O dono do barracão era monopsonista, mantendo o extrator na condição permanente de endividado. Os donos dos barracões estavam associados a grandes comerciantes de Belém e Manaus ou de alguma cidade de porte médio e os acordos funcionavam na base da confiança e da lealdade.

Grande parte dos aglomerados urbanos desenvolveu-se em torno dos barracões, às margens dos rios. Porém, eram praticamente inexistentes as atividades de processamento industrial dos produtos extrativos.

A sociedade amazônica era essencialmente subdesenvolvida: tinha uma economia de caráter colonial, no sentido de que exportava tudo o que produzia e importava tudo o que consumia. Era, portanto, fortemente dependente de decisões exógenas. Por outro lado, havia um alto grau de capilaridade do sistema econômico engendrado pelos diferentes grupos sociais – presença de laços de solidariedade econômica. Essa capilaridade era ampla e articulada: quando uma peça quebrava todo o sistema entrava em crise.

A substituição da borracha natural pela sintética, e a conseqüente crise generalizada na economia regional exemplificam este cenário. Não existiam economias do tipo enclave, desarticuladas do resto do sistema regional. No período até 1950, não se verificava um quadro de fragmentação espacial do tecido econômico.

3 PROCESSO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

3.1 Mudança do paradigma econômico

Até meados da década de 1950 a Amazônia não estava integrada aos pólos dinâmicos do capitalismo nacional, como demonstrado anteriormente: não produzia matérias primas para o centro e não possuía mercado consumidor atrativo.

Um primeiro processo de mudança se deu com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A SPVEA foi criada em janeiro de 1953, como braço institucional do governo federal na Região. A SPVEA foi responsável pela dinamização de diversos setores como podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 1. SPVEA – dinamização de setores

1. Primeiros <i>inventários florestais</i> realizados por peritos da FAO na região Amazônica	Pesquisa em recursos florestais
2. Criação do Primeiro <i>Centro de Pesquisas Florestais</i> , instalado por especialistas da FAO. Localizado no município de Santarém, Estado do Pará	Pesquisa em recursos florestais
3. <i>Levantamento aerofotogramétrico</i> da Região, em uma área de 420 mil quilômetros quadrados. Realizado através de convênio entre SPVEA/DNPM/Empresa Prospec S.A.	Pesquisa geológica
4. Melhoria dos sistemas de geração e distribuição de <i>energia</i> elétrica das cidades de Belém e Manaus	Energia elétrica
5. Instalação de sistemas de <i>abastecimento d'água</i> potável em várias cidades da Região Norte	Saneamento urbano
6. Construção de <i>escolas, hospitais e centros de pesquisa</i>	Infraestrutura social
7. Apoiou a criação da <i>Universidade Federal do Pará</i> e a Escola de Agronomia da Amazônia (ex-Faculdade de Ciências Agrárias do Pará e atual Universidade Federal Rural da Amazônia)	Educação superior
8. Implantou o <i>Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia</i> (Inpa)	Ciência e tecnologia
9. Reparou os principais <i>portos fluviais</i> da região	Transporte fluvial
10. Apoiou a <i>modernização da frota fluvial</i>	Transporte fluvial
11. Participou, através de apoio financeiro, na introdução do cultivo racional de <i>juta e pimenta-do-reino</i> por colonos japoneses	Agricultura
12. Celebrou convênio com o IRHO da França para um projeto experimental da <i>cultura de dendê</i> . Serviu de base para o desenvolvimento da cultura na Amazônia	Pesquisa agrícola

13. Financiou a <i>refinaria de petróleo</i> localizada em Manaus	Indústria
14. Financiou uma <i>fábrica de cimento</i> no Estado do Pará	Indústria
15. Firmou vários convênios de <i>formação de recursos humanos</i> em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional como geologia, engenharia florestal, engenharia de pesca.	Formação de recursos humanos
16. <i>Construção da rodovia Belém-Brasília</i> – obra mais marcante e grandiosa de todo o período de atuação da SPVEA	Infraestrutura econômica
17. Iniciou a <i>abertura da estrada Cuiabá-Porto Velho</i>	Infraestrutura econômica

Fonte: Vergolino, 2002 (elaborada a partir do trabalho de Pandolfo, 1994)

3.2. Mudanças no perfil demográfico regional – estratégias de integração nacional

As ações associadas à atuação da SPEVEA estavam fortemente atreladas às ideias de integração nacional explicitadas no Plano de Metas. A construção de Brasília foi concebida para conectar a capital federal a todos os grandes espaços do país – Norte, Sul, Leste e Oeste – através de radiais de grandes dimensões. A construção das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá – Porto Velho – ações contidas no Plano de Metas do Governo JK – constitui-se em ponto de inflexão no contexto socioeconômico da Amazônia, definindo grandes mudanças no perfil demográfico regional.

3.3. Região Norte pós-1964: operação Amazônia

Após o golpe de 1964, o governo militar tomou medidas para a inserção definitiva da Amazônia no processo de desenvolvimento do

capitalismo industrial brasileiro. Com a mudança do regime político em 1964, observa-se uma forte guinada nos rumos da política regional no Brasil. No caso da Amazônia, essa mudança foi fortemente sentida a partir do ano de 1966 – ano da Operação Amazônia.

3.3.1 Recursos iniciais utilizados para atingir os objetivos propostos

- reformulação e ampliação da política de incentivos fiscais para a Região (1966);
- organização da legislação básica e das normas institucionais destinadas a atrair grandes capitais produtivos para a Amazônia – Lei nº 5.174/66;
- criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (1966);
- criação do Banco da Amazônia S.A. (Basa) (1966);
- criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), (1967).

A partir de 1970, a Operação Amazônia desdobrou-se em vários programas federais:

- Programa de Integração Nacional (PIN) (1970) – com o objetivo de financiar grandes projetos de infraestrutura (rodovia transamazônica e Cuiabá-Santarém) nas áreas de atuação da Sudam e Sudene;
- Programa de Redistribuição de Terras (Proterra) (1971) – promover o acesso à terra e à agroindústria na Amazônia;
- Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), subproduto do I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND) (1972);
- Projeto Radam – Primeiro inventário sistemático de minerais, solos e vegetação da Amazônia brasileira.

3.4 Fragmentação da economia regional

A intervenção do governo federal deu início aos enclaves econômicos na região, empreendimentos de exploração dos recursos regionais que não possuíam vínculos com as relações econômicas pré-existentes. Vários programas e planos foram criados objetivando a exploração dos recursos naturais disponíveis. Os Projetos minerais, metalúrgicos e florestais ficaram concentrados no lado oriental. Os agropecuários no sul, sudeste e sudoeste. No lado ocidental, a ZFM transformou-se em espaço privilegiado para instalação de indústrias para produção de bens de consumo durável.

3.5 O ciclo dos grandes projetos

O ciclo dos grandes projetos iniciou-se com o II PND/II PDA, no bojo de uma estratégia de ocupação extensiva da região amazônica. Visava colocar as grandes empresas como diretoras do processo e tinha como objetivo a desconcentração espacial da indústria – o foco era minero-industrial e agroindustrial. A estratégia sugeria estimular a implantação, na Amazônia, e também no Centro-Oeste, de complexos integrados de caráter minero-industrial ou agroindustrial considerados prioritários.

3.5.1 Ações efetivas

- criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais – Polamazônia – 1974 (em 1981 foi criado o Polonoroeste, especificamente para atender o Estado de Rondônia);
- instituição do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) (Decreto-Lei nº 1.376/1974), que permitia deduzir parcelas do imposto de renda da pessoa jurídica para ser aplicados em empreendimentos na Amazônia.

A resposta empresarial aos estímulos governamentais traduziu-se num conjunto de grandes projetos voltados para a valorização dos recursos naturais da região.

Os Projetos agropecuários situaram-se preferencialmente na parte sul da Região, em faixa que se estende do Pará a Rondônia, mas também no nordeste do Pará. Ex.: Agropalma.

Os projetos minerometalúrgicos situaram-se basicamente na banda oriental. Ex.:

- Serra do Navio (anterior à operação Amazônia) – Amapá (manganês);
- Projeto Jari – Pará /Amapá (caulim, celulose e bauxita refratária);
- Projeto Carajás – Pará (ferro, manganês, ouro, cobre, níquel);
- Albrás-Alunorte – Pará (alumina e alumínio);
- Alumar – Maranhão (alumínio);
- Projeto Trombetas – Pará (bauxita);
- Petróleo Urucum (banda ocidental) – Amazonas.

Adicionalmente, estes projetos ensejaram todo um sistema logístico básico de apoio em torno do qual desenvolveram-se, em muitos casos, núcleos urbanos. Ex.:

- Usina Hidrelétrica de Tucuruí;
- Linhas de transmissão de energia;
- Estrada de Ferro Carajás–Itaqui;
- Porto de Itaqui;
- Porto de Vila do Conde;
- Porto Trombetas.

3.6 Resultados socioeconômicos dos grandes projetos

As políticas públicas concebidas originalmente para promover o desenvolvimento da Amazônia através do estímulo e patrocínio de grandes projetos acabaram priorizando interesses extra-regionais, em detrimento das necessidades socioeconômicas locais. A Amazônia transformou-se numa grande fronteira de recursos nacional e mundial.

A primeira crise do petróleo, em 1973, reduziu a disponibilidade de recursos financeiros no mercado mundial, induzindo a uma drástica alteração na política de desenvolvimento regional, que se voltou para a exportação de recursos naturais explorados em grandes projetos com financiamentos externos. O segundo choque do petróleo e a súbita elevação dos juros no mercado internacional levaram ao aumento da dívida externa em progressão geométrica, provocando o esgotamento desse modelo. O último grande projeto deste primeiro ciclo foi o Calha Norte (1985), mas de natureza completamente estatal.⁶

Na opinião de Costa (2002), os grandes projetos não são intrinsecamente perversos. Na sua concepção, previam ações que trariam desdobramentos significativos na economia regional. Porém, a sua implantação inseriu-se num contexto de interesses que desconsiderou as necessidades regionais, e acabou por não se encaixar dentro de um quadro mais global de desenvolvimento. Pode-se vislumbrar esse aspecto na construção da hidrelétrica de Tucuruí, já que o projeto previa as eclusas, mas a obra parou antes, no momento em que foi possível levar a energia para a Albrás. Também a transmissão da energia para outras regiões do Pará, que traria benefícios sociais indiscutíveis, ficou subordinada aos interesses maiores do grande capital.

O ônus social ficou para os governos estaduais. O objetivo de fundo, que era a exportação e a conseqüente entrada de divisas, foi atingido. Porém, as demais obras não conseguiram a mesma prioridade por parte do governo federal.

3.7 Zona Franca de Manaus – fase comercial

A Zona Franca de Manaus foi criada como área de livre comércio em 1957, tendo como objetivo desenvolver a Amazônia Ocidental. Manteve-se, entretanto, nos seus dez primeiros anos, num galpão alugado no Porto de Manaus, dependendo de verbas federais. Havia, então, pouca credibilidade no projeto.

⁶ Becker, 2002, p. 75.

O início de uma nova fase teve como força principal as transações comerciais, momento que transformou a ZFM em destino preferencial dos consumidores brasileiros, principalmente os de fora da região que tinham condições econômicas para viajar para aquela cidade. Esta situação foi possível em virtude da oferta de produtos importados a preços baixos e com qualidade superior à média se comparados com os produtos nacionais. Nessa época as barreiras protecionistas no Brasil inviabilizavam a importação de bens de consumo fora das áreas de livre comércio.

Importante registrar que esta fase comercial engendrou desdobramentos na economia local, estimulando o crescimento de segmentos do setor serviços – hotéis, bares, restaurantes, transportes etc.

3.8 Zona Franca de Manaus – fase industrial

Em 1972 iniciou-se a atividade industrial, mas de modo incipiente, pois consistia basicamente na importação do produto acabado, em partes e peças desagregadas para ser montado em Manaus e posteriormente abastecer o mercado nacional.

Mais tarde o modelo da ZFM iria se modificar para se adequar à lógica de substituição de importações adotado pelo Brasil.

Esta situação concretizou-se com a edição dos Decretos-Lei nº 1435/75 e 1455/76, que tinham como base os seguintes pontos:⁷

- estabeleceu Índices Mínimos de Nacionalização para produtos industrializados na ZFM e comercializados nas demais localidades do Território Nacional;
- estabeleceu limites máximos globais anuais de importação;
- fixou quota de bagagem para o passageiro saído da ZFM.

Tais medidas ensejaram o desenvolvimento do setor industrial no lado ocidental da Amazônia, especificamente na cidade de Manaus.

⁷ Suframa, 2005.

A Zona Franca de Manaus se transformou num grande pólo de dinamismo econômico.

Por outro lado, o Polo Industrial de Manaus (PIM) foi beneficiado por um período de intenso fechamento da economia brasileira. De fato, essa fase registrou um acentuado crescimento do setor industrial na capital amazonense, atingindo o auge do desempenho em 1990, com um faturamento de US\$ 8,4 bilhões e a geração de 80.000 empregos diretos.

Na esteira desse sucesso, outros resultados positivos foram alcançados, como o acesso a modernas tecnologias. Houve também, como corolário, o desenvolvimento de uma indústria nacional de componentes e outros insumos, localizada no Centro-Sul do País, especialmente em São Paulo.

3.9 Projetos de povoamento

O governo militar que assumiu em 1964 tinha a visão de que a região amazônica deveria ser povoada para evitar a cobiça internacional, no âmbito da chamada Doutrina de Segurança Nacional. Porém, outros fatores foram determinantes, nas décadas de 1960 e 1970, na concepção dos programas de colonização dirigida: a região poderia ser receptáculo para abrigar populações tangidas de outras realidades. A ocupação demográfica da Amazônia resolveria o problema dos pequenos produtores do Nordeste – expulsos pela seca – e do Sudeste – expulsos pela modernização da agricultura. Serviu, assim, para aliviar tensões sociais presentes em áreas de exclusão social ou castigadas cronicamente por intempéries.

Por outro lado, a região mostrou-se vocacionada para absorver contingentes populacionais, pois era desabitada e abundante em recursos naturais.

O processo de assentamento de famílias em lotes agrícolas foi realizado inicialmente na transamazônica e posteriormente em Rondônia. Os migrantes nordestinos e sulistas trazidos pelo Incra foram apoiados com financiamento e tecnologia para se dedicarem, basicamente, à

cultura do cacau, café, cana-de-açúcar, pimenta-do-reino, além dos cultivos tradicionais, milho, arroz, feijão e mandioca.

3.10 Resultados demográficos do modelo de crescimento

Nas décadas de 1960 e 1970, o crescimento populacional ocorreu de forma substancial como consequência da implementação dos vários projetos incentivados pelo governo federal:

- construção de estradas: Belém/Brasília, Transamazônica, Cuiabá/Santarém, Cuiabá/PVO/MNS e MNS-BVA;
- projetos agrícolas e de pecuária;
- implementação de pólos industriais e comerciais.

As consequências foram a expansão e a criação de novas cidades, ou seja, um crescente processo de urbanização.

3.11 Reorganização socioeconômica

Houve na Amazônia toda uma reorganização sócio-econômica entre a década de 1950 e início da década de 1990. A região inseriu-se na divisão inter-regional do trabalho dentro de uma lógica de “periferia”, subordinada às prioridades do “centro” dinâmico nacional⁸.

Materializaram-se enclaves modernizados para a exportação, coexistindo com as atividades econômicas tradicionais desprovidas de dinamismo relativo e outras já esclerosadas, desarticulados física, econômica e socialmente com o regional e caracterizados por baixa capacidade de geração local de valor agregado, seja por constituírem, além de capital intensivo, o elo primário das cadeias de integração produtiva, seja, no outro pólo da questão, pela mera etapa final (montagem) do processo produtivo. Os grandes projetos lançariam as bases necessárias de aprofundamento das integrações interna-

⁸ Costa, 2002, p. 306.

cional e inter-regional e intra-regional. Foi postergada, entretanto, pelo cancelamento das inversões destinadas à criação de condições suficientes para o avanço da integração endógena, em virtude da crise econômica que se instalou na economia brasileira ao longo das duas últimas décadas.⁹

3.12 Amazônia pós-1990 – evolução recente

Os anos 1990 foram marcados por mudanças profundas nos paradigmas econômicos da sociedade brasileira:

- processo de abertura econômica;
- período de crise fiscal;
- diminuição da capacidade investidora do Estado.

Na Amazônia houve um período de poucos investimentos por parte do governo federal, limitados por questões econômicas, políticas e ambientais.

A estratégia adotada pelo governo federal foi de uma atuação acessória, indicando ao setor privado em que áreas haveria potencialidades para investimentos.

Mantiveram-se os incentivos fiscais, em especial para a ZFM e áreas de livre comércio, o gerenciamento do FNO e Finam e gastos nas áreas sociais.

3.13 Zona Franca de Manaus – evolução recente

Para a ZFM, a abertura comercial trouxe consequências drásticas. Manaus passou a não atrair mais turistas consumidores de produtos importados, ao mesmo tempo em que sua indústria tinha dificuldade em concorrer com as mercadorias provenientes do exterior – o nível médio de tarifa de importação caiu de 32,2% em 1990, para 12,6% em 1995.

⁹ Costa, 1992.

No início dos anos 1990, portanto, Manaus entrou em crise profunda, com quebra de empresas e milhares de demissões.

A Lei nº 8.387 de 30 de dezembro de 1991 estabeleceu medidas para recuperar a competitividade da indústria amazonense e viabilizar a continuidade do pólo industrial:¹⁰

- eliminação dos limites máximos globais anuais de importação (Decreto nº 205, de 05/09/1991);
- substituição do critério dos Índices Mínimos de Nacionalização pela prática de Processo Produtivo Básico (PPB);
- desregulamentação de procedimentos;
- criação do Entrepasto Internacional da Zona Franca de Manaus (Eizof).

A partir de 1993, a ZFM iniciou um processo de recuperação, com uma progressiva adequação do setor industrial à nova realidade econômica nacional. Dois fatores foram fundamentais nesse processo:

- reconversão industrial com redução de custos gerou maior competitividade de seus produtos;
- elevação dos padrões de qualidade para cumprimento obrigatório das Normas Técnicas da série ISO 9000.

Tabela 1. Faturamento Polo Industrial de Manaus (US\$)

Ano	Faturamento
2000	11.843.213.215,00
2001	10.218.361.049,00
2002	10.006.761.629,00
2003	11.146.682.936,00
2004	14.787.838.180,00
2005*	16.000.000.000,00

Fonte: Suframa

* Estimativa.

¹⁰ Suframa, 2005.

Cabe observar que os custos de produção na ZFM ainda são mais altos do que no resto do país, pois a distância dos mercados de insumos e de consumidores ampliam os custos logísticos. Por outro lado, a permanente instabilidade das regras que suportam o modelo desestimula a atração de maiores investimentos, mesmo existindo o diferencial tributário como atrativo.

4 BALANÇO GERAL

4.1 Taxas de crescimento acima da média

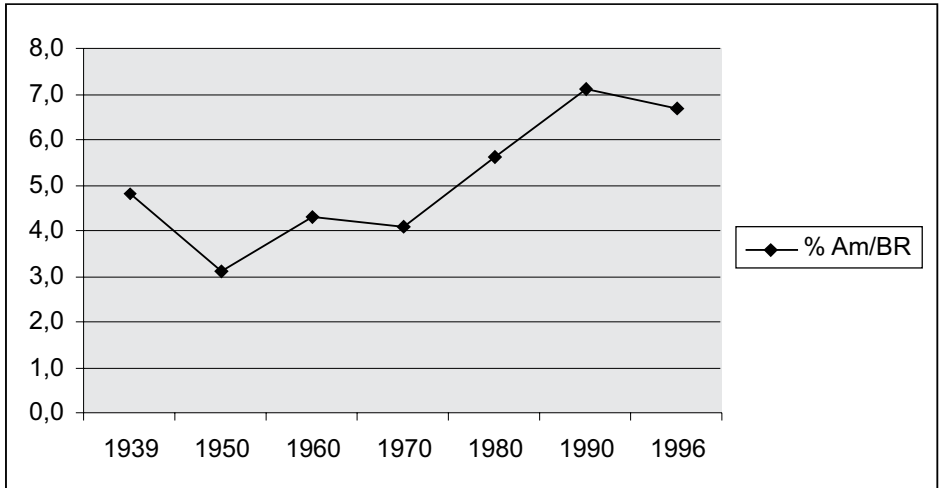
A primeira constatação ao se fazer um balanço geral é de que as taxas de crescimento econômico regional foram superiores às verificadas para o Brasil, como demonstram os dados das tabelas a seguir.

Tabela 2. Taxas geométricas de crescimento do produto total e *per capita*

	Amazônia Legal		Brasil	
	PIB total	PIB <i>per capita</i>	PIB total	PIB <i>per capita</i>
1970/1996	7,3	3,7	4,6	2,5
1970/1980	12,3	7,7	8,6	6,0
1980/1990	5,6	1,8	1,6	0,7
1990/1996	2,3	0,6	3,0	-0,2

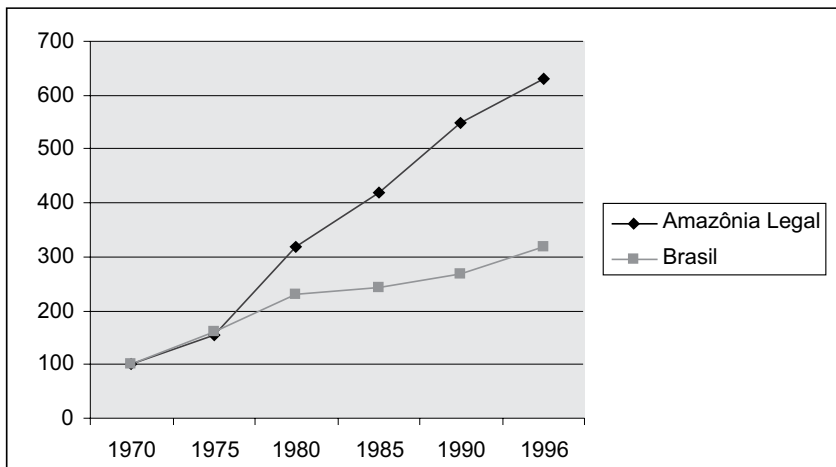
Fonte: acordo Sudam/PNUD (dados brutos: FGV, IBGE e Ipea)

Gráfico 1. Participação relativa da Amazônia no PIB do Brasil



Fonte: acordo Sudam/PNUD (dados brutos: FGV, IBGE e Ipea)

Gráfico 2 – Índice de crescimento do PIB (1970 = 100)



Fonte: acordo Sudam/PNUD (dados brutos: FGV, IBGE e Ipea)

4.2 Mudança qualitativa do perfil setorial do PIB amazônico

Do ponto de vista econômico, as últimas décadas presenciaram uma ampliação da participação dos segmentos industrial e agropecuário no PIB regional. Entretanto, o crescimento econômico apresentou-se espacialmente desigual. O crescimento da atividade industrial concentrou-se majoritariamente nas cidades dotadas de maior infraestrutura social e econômica, sobretudo as capitais dos estados. Ao mesmo tempo, ocorreu um declínio da participação do setor extrativo tradicional.

Os chamados enclaves econômicos, principalmente de exploração mineral e de transformação metalúrgica, materializaram-se, sobretudo na Amazônia oriental, estimulados pelo Estado para produzir divisas necessárias ao equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

Concomitantemente, houve uma expansão contínua, na maioria dos estados da região, do setor agropecuário, na esteira da expansão da malha rodoviária. A agropecuária, de uma maneira geral, tem se desdobrado de maneira positiva na economia regional e trouxe reflexos profundos na cadeia produtiva interligada, visto que criou as condições para o beneficiamento dos produtos gerados nessa atividade. Porém persistem, ainda, ações especulativas ligadas à pecuária, como por exemplo, a ocupação precária de terras com o intuito de aguardar sua valorização.

O extrativismo, por outro lado, assumiu um papel subsidiário. A extração de madeira tem um peso relativo, sobretudo no Estado do Pará. Porém, tem sido feita, em geral, à margem da lei, de maneira predatória, gerando conflitos locais e pressões políticas internacionais. Essa distorção recrudescer com o acesso a Terra do Meio, na região do Xingu, em virtude da exploração ilegal do mogno. Este panorama impede uma maior agregação de valor à atividade, que tem grande potencial, desde que obedecidas as regras de manejo e outros critérios de controle ambiental. A Amazônia talvez seja, nos dias de hoje, a maior preocupação dos ambientalistas e conservacionistas, pois a exploração de madeira e as queimadas para implantação de lavouras e pastagens causam um desflorestamento que trará consequências imprevisíveis para os recursos naturais, principalmente diante das peculiaridades de

solo e clima da região. Faz-se necessário, portanto, a exploração dos produtos respeitando-se o conceito de sustentabilidade, ou seja, sem causar danos ao meio ambiente. A adesão ao chamado “selo verde” talvez seja a saída para os produtores agregarem mais valor aos produtos, visto que garantiria que os recursos naturais estão sendo preservados para as gerações futuras.

Outras atividades extrativistas também tiveram uma diminuição da sua importância relativa, agravada pela falta de efetividade dos controles regulatórios, com desdobramentos deletérios ao equilíbrio ecológico-ambiental: pesca em larga escala, que também é feita de forma descontrolada; exploração dos castanhais – que foram quase dizimados no sudeste do Pará, onde existia sua maior concentração, sendo substituídos por pastagens e assentamentos recentes do Incra; o látex que teve sua importância diminuída com o advento da borracha sintética (apesar disso, encontrou sobrevivência em nichos de mercado – hoje é utilizado em produtos como os de couro vegetal, por exemplo); o garimpo foi diminuindo o vigor conforme as jazidas foram se tornando anti-econômicas para a lavra manual. Percebe-se, neste cenário, que a atividade extrativista tem potencial de geração de riquezas. Contudo, sem manejo adequado acarretará diminuição da capacidade de produção no futuro, trazendo prejuízos à sociedade.

Do lado ocidental, o amadurecimento e a consolidação da Zona Franca de Manaus ao longo dos últimos 30 anos implicou na concentração de grande parte da indústria de eletro-eletrônicos do país, contribuindo decisivamente para a mudança na composição do PIB regional.

A participação do setor agropecuário que, em 1970, produzia 29,8% do produto regional, diminuiu esta participação para 17,1% em 1996. Na indústria ocorreu o inverso, passando de 12,4% para 21,6% no mesmo período. Houve crescimento significativo no setor serviços que, de 36,8%, em 1970, passou a representar 53,8% do PIB total da Amazônia legal.¹¹

¹¹ Vergolino et al., 2002, p. 266.

Tabela 3. Evolução do PIB setorial na Região Norte

Setor/ano	1970	1980	1990	1996
Indústria	12,4	33,9	29,9	21,6
Agropecuária	29,8	20,8	12,8	17,1
Comércio	21,1	11,9	10,4	7,5
Serviços	36,8	33,4	47,0	53,8

Fonte: Vergolino et al., 2002 (dados brutos: IBGE e Ipea)

Apesar de tais mudanças na composição do PIB, a característica da economia moderna que se instalou na Amazônia é caracterizada por baixa capacidade de geração local de valor agregado: a jusante, na Amazônia Ocidental, onde a montagem dos produtos independe da produção local dos bens intermediários; a montante, na Amazônia Oriental, onde predomina a produção de matérias-primas e bens intermediários para uma indústria de bens finais situada fora da região. A mudança que houve foi de “região periférica indiferente” para “periferia ativa” – provedora de matérias primas. Houve, assim, subordinação do desenvolvimento econômico regional aos interesses do “centro” dinâmico nacional.

A integração endógena teria sido até pensada e projetada, através de investimentos em infraestrutura, mas tais inversões foram canceladas em virtude da crônica falta de recursos do Estado brasileiro diante da crise econômica das últimas décadas.

4.3. Perfil do desenvolvimento humano

Vale ressaltar também que, nesse período, houve uma substancial melhoria dos padrões de bem estar da população regional, quando medidos pelo IDH. Porém, os indicadores ainda são baixos, bem abaixo dos índices das regiões sul e sudeste. O crescimento do IDH no período 1970 – 1991 dos municípios mais ricos da Amazônia Legal foi retardado

pelo indicador de longevidade e o crescimento do IDH no período 1970 – 1991 dos municípios mais pobres da Amazônia legal foi retardado pelo baixo crescimento do indicador de renda¹².

5 VISUALIZAÇÃO ESPACIAL DO POTENCIAL ECONÔMICO REGIONAL¹³

O perfil da distribuição espacial das atividades econômicas na 2ª Região Fiscal pode ser visualizado de maneira esquemática e resumida conforme a análise abaixo. Na análise deu-se maior importância e ênfase às áreas de maior densidade econômica, bem como aquelas com maior potencial de desenvolvimento.

5.1 Acre – Roraima – Amapá

Os Estados do Acre, Amapá e Roraima têm participações reduzidas no PIB regional, embora tenham conseguido acompanhar o ritmo de crescimento médio da Região:

- de maneira geral a economia dos três estados baseia-se na agropecuária e/ou na mineração;
- apresentam forte dependência de recursos do governo federal:
 - ✓ para manutenção de gastos com pessoal e demais despesas;
 - ✓ para investimentos.

5.2 Rondônia

Tem experimentado expressivo crescimento na participação relativa do PIB regional:

- crescimento da fronteira agrícola pela contiguidade geográfica com o Estado de Mato Grosso:

¹² Acordo Sudam/PNUD, 2001.

¹³ A análise desenvolvida neste capítulo teve como base principal o Acordo Sudam/PNUD, 2001 e Suframa, 2005.

- ✓ expansão da produção de grãos;
- ✓ desdobrou-se em atividades industriais relacionadas ao setor agropecuário.
- problemas estranguladores da economia:
 - ✓ infraestrutura de transportes deficiente;
 - ✓ estrutura de produção e distribuição de energia elétrica carecendo de investimentos para enfrentar um crescimento econômico mais robusto.

5.3 Amazonas

Manaus é sede do mais importante pólo de produção de eletroeletrônicos, incluindo-se aí os bens de informática, e de duas rodas do país. No ano de 2005, o Estado do Amazonas deverá firmar-se como o 1º PIB regional. Características:

- crescimento extremamente concentrado espacialmente na cidade de Manaus:
 - ✓ 4ª capital brasileira em termos de PIB;
 - ✓ concentra aproximadamente 98% do Produto Interno Bruto estadual;
 - ✓ abriga metade do contingente populacional do estado.
- economia voltada em grande medida ao Polo Industrial:
 - ✓ produção esperada no Polo Industrial de Manaus de U\$ 16 bilhões em 2005.
- desafios:
 - ✓ o Estado precisará encontrar alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável do parque industrial em Manaus – que independa de incentivos fiscais, dado um eventual fim da zona franca;
 - ✓ criação de escala para o desenvolvimento de atividades produtivas capazes de aproveitar os recursos naturais da floresta amazônica.

5.4 Pará

O Pará tem uma diversificação de atividades econômicas muito maior que o estado do Amazonas, o que é positivo do ponto de vista do desenvolvimento do estado como um todo. A dispersão da população pelo interior contribuiu decisivamente para essa diversificação.

Por outro lado, grandes investimentos tais como a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a mineração de ferro de Carajás, a fábrica de alumínio da Albrás, a planta industrial da Alunorte, a mineração de bauxita ao longo do rio Trombetas e o complexo agroindustrial e florestal do Jari, apresentaram impactos significativos sobre a economia estadual.

O estado também figura como maior produtor de madeira e o segundo maior produtor de minério de ferro do país, superado apenas por Minas Gerais, sendo também o maior exportador nacional de minério de ferro. Porém, tanto a atividade madeireira quanto a de produção de minérios necessitam de estímulos para dar sequência à cadeia produtiva. Com maior agregação de valor o estado superará o estágio extrativo-exportador.

Características por microrregião:

- Costa Atlântica
 - ✓ maior densidade demográfica dentre as microrregiões;
 - ✓ grandes empreendimentos: Albrás-Alunorte, Pará Pigmentos, Rio Capim S/A, Cibrasa, Agropalma e Sococo;
 - ✓ indústrias madeireira e pesqueira fortes;
 - ✓ agropecuária diversificada;
 - ✓ infraestrutura de turismo;
 - ✓ microrregião de maior potencial de desenvolvimento no curto prazo;
 - ✓ Belém é o município mais importante.
- microrregião do Tapajós
 - ✓ moderno porto graneleiro (Cargill);

- ✓ possibilidade de conclusão da rodovia Cuiabá-Santarém (via PPP) – infraestrutura capaz de permitir o escoamento dos produtos agrícolas do centro-oeste e da Zona Franca para o resto do país;
- ✓ possibilidade de implementação, no longo prazo, da hidrovia interligando o rio Tapajós ao Teles Pires, barateando o custo dos fretes, principalmente da soja do centro-oeste;
- ✓ possibilidade de pavimentação, no longo prazo, da rodovia Transamazônica – traria grande alavancagem econômica para esta microrregião;¹⁴
- ✓ Santarém é o município mais importante.
- microrregião da Calha Norte
 - ✓ importantes projetos econômicos encontram-se nesta microrregião, como o Projeto Trombetas (bauxita) e o Projeto Jarí (celulose e caulim);
 - ✓ está praticamente certa a implementação do Projeto da Alcoa de extração de bauxita e produção de alumina, no município de Juruti;
 - ✓ possui também atividades de agropecuária;
 - ✓ esta microrregião tem baixo desenvolvimento econômico, excetuando-se os enclaves acima citados;
 - ✓ Oriximiná é o município mais importante.
- microrregião do Xingu
 - ✓ economia baseada na exploração de madeira e agropecuária;
 - ✓ destaque para o complexo hidroenergético de Belo Monte, cuja

¹⁴ Segundo especialistas em logística, estas obras citadas para a microrregião do Tapajós poderiam reduzir o custo Brasil em cerca de R\$ 100 milhões / ano e confeririam vantagem estratégica aos municípios que têm ponto de conexão com essa infra-estrutura, atraindo investimentos. Por outro lado, o complexo graneleiro já instalado em Santarém (Cargill) permite vislumbrar a ampliação da sojicultura. Esta, por sua vez, poderá ensejar, além da exportação, a indústria do esmagamento para a produção de óleo. O subproduto é o farelo rico em proteína e barato, que poderá ser utilizado como ração, incentivando a pecuária.

capacidade de produção e entrada em operação ainda vem sendo discutida – possibilidade de produção de até 11.182 MW (10% da capacidade de produção em nível de Brasil), com investimento em torno de U\$ 5,7 bilhões;

- ✓ Altamira é o município mais importante.
- microrregião do Tocantins – Araguaia
 - ✓ a região é privilegiada por conter a maior província mineral do mundo, a Serra dos Carajás, com reservas de ferro, manganês, cobre, ouro, cassiterita, alumínio e níquel;
 - ✓ tem recebido investimentos na indústria metalúrgica, basicamente na produção do ferro gusa em Marabá e concentrado de Cobre em Parauapebas;
 - ✓ possui um pólo joalheiro – aproveitamento de pedras preciosas e semipreciosas existentes na região, como ametista, quartzo e diamante;
 - ✓ nessa microrregião encontra-se a maior hidrelétrica nacional, Tucuruí, atualmente em fase de duplicação;
 - ✓ são destaques, também, na economia regional, as atividades de pecuária de corte e de leite, o pólo coureiro em Conceição do Araguaia e o cultivo de frutíferas regionais com beneficiamento das polpas;
 - ✓ em termos de infraestrutura, destacam-se a rede viária (PA 150) e a ferrovia da CVRD;
 - ✓ a região tem forte tendência de ser pólo de dinamismo econômico;
 - ✓ desafio: conclusão das eclusas de Tucuruí – vai permitir o escoamento de produtos do Brasil Central, por um lado, e, de outro, o envio de produtos da ZFM para o sul-sudeste. Deverá, também, baratear o custo de produtos regionais;
 - ✓ Marabá é o município mais importante.

6 ATRADORES ECONÔMICOS

6.1 Setor industrial

O setor industrial de produção de bens de consumo durável deve ser considerado um atrator econômico na Amazônia em decorrência do vigor do Polo Industrial de Manaus. Tendo como suporte a renúncia fiscal, concentra-se no PIM a quase totalidade da produção nacional de eletro-eletrônicos, levando Manaus a figurar entre os quatro maiores PIBs dentre as capitais do país. Por outro lado, a indústria de transformação representa 51,2% do PIB do Amazonas.

Pode-se perceber em Manaus um setor industrial já maduro, sendo que os incrementos de produção se dão de maneira marginal nas indústrias já instaladas, dependendo de variações da demanda, e de empresas que eventualmente se instalem atraídas pelo diferencial da renúncia fiscal. Não obstante, a indústria amazonense tem encontrado no mercado externo um espaço novo e significativo para colocar seus excedentes de produção, engendrando uma inflexão no modelo, muito mais interessante para o país, com maior equilíbrio no saldo do comércio exterior – de janeiro a setembro deste ano, as exportações cresceram 109,08%, contra 22% das importações. Diante desse quadro, prevê-se, para o Polo Industrial de Manaus, um crescimento de moderado a forte, dependendo das oscilações do mercado interno e do surgimento de novas oportunidades no *front* externo.

Em relação ao período de janeiro a agosto de 2005, com relação ao mesmo período do ano passado, o crescimento das vendas das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) superou a casa de 40% e a mão-de-obra 7,5% – faturamento de US\$ 11,7 bilhões contra US\$ 8,3 bilhões com relação ao mesmo período do ano passado. O pólo eletroeletrônico apresentou o melhor desempenho, registrando US\$ 6,6 bilhões faturados, crescimento de 41,68%.¹⁵

A tabela abaixo demonstra o crescimento, por setor em ordem decrescente de faturamento, no período de janeiro a agosto de 2005, com relação ao mesmo período do ano passado:

¹⁵ Suframa.

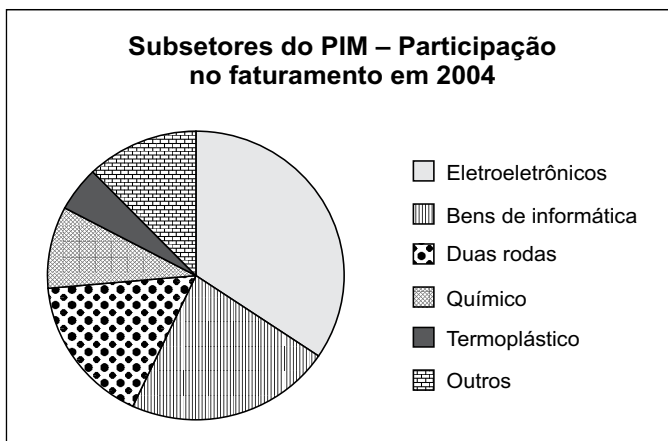
Tabela 4. Faturamento do PIM por setor/produtos principais

Setor/produtos	Faturamento US\$ milhões	Crescimento* %
ELETROELETRÔNICO	6.600	41,7
Telefone Celular	1.700	71,4
Aparelhos de Televisão	1.400	24
DVD	371	67,5
Microcomputadores	46,9	54,3
DUAS RODAS	2.000	-
QUÍMICO	939,2	-
TERMOPLÁSTICO	692	73,8

Fonte: Suframa

*Em relação às quantidades produzidas.

Gráfico 3



Fonte: Suframa

As exportações das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) alcançaram US\$ 1,580 bilhão de janeiro a setembro deste ano, com crescimento de 109,08% na comparação com o mesmo período do ano passado.¹⁶

Tabela 5. Principais produtos de exportação do PIM

Produtos	Exportação
Terminais portateis de telefonia celular	856.963.953
Motocicletas com motor pistão alternat. 125CM3 <CIL =250CM3	108.424.195
Motocicletas com motor pistão alternat. 50CM3 <CIL <=125CM3	96.262.581
Outras preparações para elaboração de bebidas	62.072.845
Outros aparelhos receptores. Televisão cores, mesmo com aparelhos de som/imagem	51.198.161
Unidade de saída por video,com tubo de raios catód.Policrom.	31.105.289
Outras partes p/ aparelhos transmissores/receptores	29.772.624
Lâminas de barbear, de segurança, de metais comuns	24.645.099
Outros aparelhos de ar condicionado CAP <=30000 FRIG/ H,P/ janelas	24.433.737
Outros papéis para foto a cores, sensibilidade. N/ impressionados	24.235.481
Aparelhos de barbear, não elétricos	20.864.978
Outros Receptor – decodif. Integr. Sinais dig.Video cod.Cores	20.348.564
Outros	230.347.173
Total	1.580.674.680

Fonte: Suframa

¹⁶ O maior comprador são os Estados Unidos – US\$ 560 milhões, equivalente a 35,4% entre os países compradores dos produtos fabricados no Pólo Industrial de Manaus (PIM). A Argentina está em segundo lugar com US\$ 255 milhões, seguido pela Hungria com US\$ 98 milhões, Chile com US\$ 92 milhões e Alemanha com US\$ 73 milhões.

Cabe salientar que no longo prazo a continuidade do vigor da indústria de transformação manauara dependerá da manutenção dos incentivos fiscais. Afora Manaus, destaca-se apenas o Pará como beneficiário regional da indústria de transformação, mas nesse caso concentrada na produção de bens intermediários e ainda sem grande concentração espacial.

6.2 Setor extrativo mineral e metalurgia

Este setor concentra suas atividades na mineração de ferro, bauxita, caulim, cobre, ouro, manganês e silício. E na produção de bens intermediários produtos da transformação mineral, como alumina, alumínio, vergalhões e cabos de alumínio, silício metálico, ferro-gusa e concentrado de cobre.

Recentemente, os preços internacionais destas *commodities*, puxados pela demanda chinesa, propiciaram altíssima lucratividade para essas indústrias – a Vale do Rio Doce conseguiu um reajuste de 72% no preço do minério de ferro. Por outro lado, há dois anos o ferro-gusa estava cotado a 90 dólares a tonelada, chegando no início de 2005 aos 300 dólares.

O Estado do Pará concentra os investimentos da área mineral e metalúrgica, na Amazônia.¹⁷ Ao longo dos últimos anos, o setor mineral privado investiu cerca de US\$ 19,4 bilhões no Pará, conforme quadros demonstrativos a seguir:

¹⁷ “A mineração representa o mais expressivo segmento da economia paraense, ocupando o primeiro lugar na pauta de exportações do Estado. Atualmente, estão em atividade 14 minas, que respondem por 77,4% das exportações paraenses, alcançando quase US\$ 1,8 bilhão ao ano. Em 2003, o Pará ficou entre os nove principais Estados exportadores do Brasil, com saldo que chegou a US\$ 2,7 bilhões. Na pauta de exportações, os minerais responderam por 75% contra 24% dos produtos tradicionais (madeira, pimenta, peixe e camarão, entre outros produtos) e 1% de diversos. O minério de ferro e o alumínio (e seus derivados) foram responsáveis por 65% do total das receitas obtidas com a pauta mineral” (Governo do Estado do Pará, Seprod).

Tabela 6. Investimentos do setor mineral realizados no Estado do Pará

Empresa	Valor/investimentos
Grupo CVRD (Ferro, bauxita/alumínio, caulim, cobre, manganês e ouro)	US\$ 15 bilhões
Grupo ALCOA (bauxita/alumínio)	US\$ 660 milhões
Grupo Imerys – Rio Capim Caulim S.A (caulim)	US\$ 290 milhões
Mineração Onça Puma Ltda (níquel)	US\$ 854,7 milhões
Empresas produtoras de ferro gusa	US\$ 975 milhões
Grupo Camargo Corrêa (silício metálico)	US\$ 16 milhões
Grupo João Santos (cimento e calcário)	US\$ 200 milhões

Fonte: Governo do Estado do Pará/Seprod

Tabela 7. Produção mineral do Estado do Pará em 2003 por empresas/garimpos

Região	Municípios	Empresas	Produtos	Produção toneladas	Valor (U\$) milhões
Tocantins	Barcarena	Albrás	Alumínio	432.124	640
Tocantins	Barcarena	Alunorte	Alumina	2.323.400	530
Tocantins	Barcarena	Alubar	Vergalhão/ cabo alumínio	35.000	45
Baixo Amazonas	Oriximiná	MRN	Bauxita	14.405.606	320
Rio Capim	Ipixuna	PPSA	Caulim	422.838	65
Rio Capim	Ipixuna	RCC	Caulim	750.000	100
Lago Tucuruí	Breu Branco	Camargo Corrêa	Silício metálico	22.000	23
Carajás	Parauapebas	CVRD – Carajás	Ferro	58.929.000	945
Carajás	Parauapebas	CVRD – Carajás	Manganês	1.548.444	80
Carajás	Marabá	Cosipar/ Simara	Ferro/gusa	900.000	130
Tapajós	Itaituba	Garimpo	Ouro	4	60
		Outros			22
		Total			2.960

Fonte: Governo do Estado do Pará/Seprod

Entre janeiro e novembro de 2004 as guseiras já implantadas no município paraense de Marabá haviam exportado o equivalente a US\$ 199 milhões, um crescimento de 133,55% em relação ao mesmo período de 2003. Este panorama provocou uma grande corrida aos investimentos. Em Marabá, por exemplo, das cinco empresas que produzem ferro gusa no distrito industrial, três estão em fase de expansão.

Mais três empreendimentos estão em fase de instalação, com produção estimada em 1 milhão de toneladas ao ano. Um dos maiores investimentos nessa área está sendo feito pela Vale do Rio Doce para a implantação em Marabá, em parceria com a Nucor, a maior siderúrgica dos Estados Unidos, da Ferro-Gusa Carajás S/A (FGC). É um investimento de US\$ 80 milhões para a produção estimada de 380 mil toneladas anuais de ferro-gusa, a partir de outubro de 2005. Atualmente, quatro empreendimentos – produção de 900 mil toneladas ao ano – estão em fase de avaliação.¹⁸

Em 2004, a produção de ferro-gusa em Marabá girou em torno de 1,22 milhões de toneladas, sendo a Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) responsável por 900 mil toneladas. Essa produção representa um passo importante na agregação de valor ao minério extraído do território paraense.

A Vale do Rio Doce também está ampliando sua capacidade de produção de minério de ferro em Carajás, numa 1ª etapa para 85Mtpa,¹⁹ e até 2007 para 100Mtpa. Além disso, entrou em operação em 2004 a 1ª planta de produção de concentrado de cobre, da mina do Sossego com capacidade de produção de 140 mil toneladas/ano.²⁰ Em termos globais a companhia espera investir cerca de R\$ 10 bilhões até 2010 em Carajás.²¹

¹⁸ Gazeta Mercantil, 2005.

¹⁹ Milhões de toneladas por ano.

²⁰ Outros projetos de exploração de minério de cobre: 118, Salobo, Alemão e Cristalino – total de 545 mil t/ano até 2009.

²¹ Também por conta de Carajás a Vale deverá ser a 5ª mineradora de níquel do mundo – prod. De 109 mil t/ano.

Há também investimentos sendo realizados na exploração de bauxita, pela Alcoa (investimento em torno de U\$ 1 bilhão) em mina próxima à Oriximiná, e pela Vale do Rio Doce em Paragominas.²²

Tratam-se, entretanto, de *commodities*, e o excesso de investimentos poderá se traduzir em super-oferta mais adiante. Mesmo assim, pode-se dizer que se criaram condições propícias a uma possível verticalização, com a consequente agregação de valor aos insumos produzidos.

Do lado ocidental cabe destacar a produção de petróleo e gás pela Petrobrás em Urucu, que já é capaz de suprir a Refinaria de Manaus (Reman) com 97% do petróleo utilizado pela unidade (os 3% restantes são importados da Venezuela para a produção de asfalto). A província mineral já consumiu investimento de US\$ 800 milhões e conta hoje com 73 poços. Por dia, são produzidos na região 100 mil barris de óleo equivalente (BOE) de petróleo e gás natural, ou 5,5% da produção nacional – de 1,8 milhão de barris/dia.²³

Por outro lado, a Petrobrás procura parceiros para a exploração de mina de potássio que foi descoberta na mesma região. Atualmente o Brasil é importador do produto, podendo tornar-se auto-suficiente com esta mina – daí sua importância estratégica.

6.3 Agronegócio

A agropecuária é bastante forte no Pará (23,4% do PIB) e em Rondônia (15,1% do PIB), com grandes possibilidades de se desenvolver

²² A mineradora deverá investir, no Pará, na construção do primeiro mineroduto voltado para o transporte de bauxita em todo o mundo. Serão necessários aportes de US\$ 40 milhões só na compra dos tubos. O mineroduto vai transportar a bauxita da reserva que a Vale possui em Paragominas (PA) para a refinaria de alumina da Alunorte, em Barcarena, numa extensão de 247 quilômetros (*Folha de S. Paulo*, 2005).

²³ *JB on-line*, 2005. A Petrobras vai inaugurar, em março do ano que vem, uma nova unidade de processamento de gás natural (UPGN) na província petrolífera de Urucu, no Amazonas, aumentando a produção diária de gás de cozinha (GLP) em 500 toneladas. Atualmente, as duas plantas existentes disponibilizam 1.100 toneladas/dia de GLP, abastecendo todos os estados da Amazônia, Maranhão, Piauí e parte do Ceará (*JB on-line*).

também no Acre. O maior condicionante e delimitador dessa atividade atualmente é o controle ambiental por parte do governo e da sociedade.

Em termos de potencialidades há uma grande expectativa em torno do crescimento das culturas de soja, principalmente no Pará e em Rondônia, onde há regiões propícias ao plantio (com produtividade semelhante às demais regiões do país). Em Rondônia já se produz em torno de 1 milhão de toneladas de soja. No Pará apesar de, em 2003, a produção ter ficado em 43.000 toneladas, há um potencial para se produzir 5 ou 6 milhões de toneladas – 1,5 milhão em Redenção, 1,5 milhão em Santarém e 1 milhão em Paragominas.²⁴

Adicionalmente, tem-se o estímulo dos investimentos em infraestrutura que devem ser realizados no curto/médio prazos, principalmente no Pará, e que serão vitais para o aumento da competitividade da soja regional – pavimentação da BR 163 (Cuiabá-Santarém) e a conclusão das eclusas de Tucuruí.

Tais investimentos seriam fundamentais para o aumento da produção regional de grãos, visto que hoje, no Brasil, os custos externos às unidades de produção estão acima dos referenciais internacionais, não somente na região Norte, mas também, e principalmente, no Centro-Oeste.²⁵ A possibilidade de diminuir custos com a utilização do transporte multimodal permitirá maior lucratividade e, portanto, maior estímulo à migração do agronegócio para as regiões de fronteira, principalmente soja e milho. De se destacar a viabilidade na Amazônia do consórcio arroz/soja/milho.

Por outro lado, em articulação com o avanço da produção de grãos, vislumbra-se o crescimento do complexo carne mediante o barateamento da ração. Também é lícito supor que com grande disponibilidade de soja haveria estímulo suficiente para implantação de fábricas de farelo e, acessoriamente, de óleo de soja.

²⁴ O Pará possui uma área estimada em 6,2 milhões de hectares disponíveis para o plantio da soja. Somente em 1995 foi iniciada a cultura, no município de Paragominas. Atualmente está sendo cultivada também em Redenção e no Baixo Amazonas com uma produtividade média de 45 a 50 sacas (60 kg) por hectare, acima da média nacional que é de 35 sacas/há (Governo do Estado do Pará / Seprod).

²⁵ Lourenço, 2001.

6.4 Infraestrutura logística

Setor *atrator* de investimentos, tanto públicos quanto privados, por ser estratégico regionalmente, por um lado, no escoamento de produtos produzidos nessa e em outras regiões para o mercado externo pela foz do rio Amazonas, e, por outro, no escoamento de mercadorias produzidas em Manaus para o resto do país (internação). Reveste-se de importância também para a Administração Tributária, vez que a região, por ter essa vocação, exige controle aduaneiro intensivo.

A região tem cinco rodovias federais de maior destaque, sendo três pavimentadas: a BR 010 (Belém-Brasília), a BR 364 (Cuiabá-Porto Velho) e a BR 174 (Manaus-Boa Vista); uma ferrovia importante, de operação privada, que vai de Carajás até o Porto de Ponta da Madeira; quatro principais hidrovias: Amazonas, Madeira, Tapajós e Tocantins, sendo que as duas últimas necessitam de investimentos para aumentar seu trecho de navegabilidade.

No que se refere a Portos Marítimos, os mais importantes são os seguintes: Manaus (3 terminais), Itacoatiara, Santarém, Belém (três terminais) e Vila do Conde.

Nessa área os investimentos mais importantes são a pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém (BR – 163), a construção das eclusas de Tucuruí, a construção do gasoduto Coari-Manaus e a construção da Usina hidrelétrica de Belo Monte. Secundariamente, mas com potencial de longo prazo, teremos a construção de uma ponte em Assis Brasil, no Acre, que permitirá acesso ao Pacífico pela via rodoviária, e a construção de uma ponte no Oiapoque ligando o Amapá à Guiana Francesa.

A pavimentação da BR 163 tanto permitirá o escoamento de grãos produzidos no Centro-Oeste, quanto barateará o transporte dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus que serão internados para o resto do país. Há possibilidade de a obra ter início ainda este ano, fruto de parceria público-privada (PPP). Empresas ligadas ao agronegócio têm interesse direto na construção da estrada, e podem vir a constituir um consórcio para participar da licitação.

As eclusas de Tucuruí deverão ter início também neste ano de 2005, com R\$ 70 milhões reservados no orçamento federal para o início das obras. Permitirá a trafegabilidade do rio Tocantins, oferecendo à economia do sul do Pará mais uma alternativa de transporte de baixo custo. Vale ressaltar que granéis em geral beneficiam-se amplamente com o transporte fluvial. Para se ter uma ideia, o Grupo Maggi já investiu, em parceria com o governo do Estado do Amazonas, US\$ 60 milhões em escoamento e armazenagem de soja pelo Rio Madeira. As estimativas da empresa indicam diminuição de US\$ 30 por tonelada nas despesas de transporte pela Hidrovia Madeira-Amazonas, quando confrontada com os custos via Sul-Sudeste do país.²⁶

A Usina de Belo Monte parece ser uma opção extremamente racional de produção energética, pela relação entre a quantidade de energia produzida e a área que será alagada. Apesar de ser prioridade do governo federal, até para se evitar situações como as que ocorreram no passado recente – apagão, teve seu início atrasado em virtude de problemas de natureza jurídica na contratação da instituição responsável pelo relatório de impacto ambiental. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a obra está prevista para ter início em 2006. Deverá ser uma Usina de grande porte (6 mil MW), e no seu entorno vai criar significativa atividade econômica. Para citar um exemplo, recentemente houve a inauguração de uma fábrica de cimento em Itaituba com duas linhas de produção, sendo que uma delas deverá servir unicamente para a fabricação de cimento especial utilizado em barragens, justamente para servir a hidrelétrica do Xingu.

7 HOT SPOTS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS – FOCO DA AÇÃO FISCAL

Diante da realidade atual e dos cenários vislumbrados, expostos pelo presente estudo, é possível situar os *hot spots* econômico-tributários e colocá-los em ordem de importância, numa graduação que vai de 5 até 1.²⁷

²⁶ Lourenço, 2001.

²⁷ A pontuação abaixo levou em conta também o posicionamento dos administradores da retirado pela esaf que opinaram após a exposição do trabalho, em reunião gerencial.

- Manaus (+++++)
- Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Redenção (++++)
- Barcarena (+++)
- Santarém, Itaituba, Novo Progresso (+++)
- Belém (++)
- Itacoatiara (++)
- Cacoal (++)
- Assis Brasil (+)
- Oiapoque (+)

Dessa forma teríamos a seguinte configuração no que tange ao foco da ação fiscal e à prioridade na alocação de recursos entre as unidades da retirado pela Esaf:

- Delegacia e Alfândegas de Manaus – fomento no curto prazo.
- Delegacia de Marabá – fomento no curto prazo. Criação da Agência de Parauapebas e transferência da Agência de Conceição do Araguaia para Redenção.
- Agência e Inspetoria de Barcarena – fomento no curto prazo.
- Delegacia de Santarém e Agência de Itaituba – fomento no curto prazo. Novo Progresso no médio prazo.
- Delegacia e Alfândegas de Belém – manutenção dinâmica no curto prazo e fomento no médio prazo.
- Agências de Itacoatiara e Cacoal – manutenção dinâmica no curto prazo e fomento no médio prazo.
- Assis Brasil – criação de inspetoria e fomento no médio prazo.
- Oiapoque – manutenção dinâmica no curto prazo e fomento no médio prazo.
- Delegacia de Monte Dourado – manutenção estática.
- Demais Unidades – manutenção dinâmica.

8 CONCLUSÃO

A partir do estudo sobre a evolução socioeconômica da Amazônia e das ferramentas metodológicas criadas foi possível obter um razoável mapeamento do potencial econômico-tributário regional, bem como indicar as regiões de maior interesse fiscal – *hot spots* econômico-tributários.

Procurou-se estabelecer uma lógica no processo de análise, de tal modo que, conforme o trabalho foi delineando a evolução socioeconômica regional, as microrregiões de maior densidade econômica, tanto do ponto de vista da realidade atual como das tendências de futuro, foram naturalmente se destacando do contexto: a capital amazonense, a costa atlântica do Pará, o sul do Pará, o Baixo Amazonas e o interior de Rondônia.

Por outro lado, os setores potencialmente *atratores* de investimentos ficaram bem definidos: setor industrial produtor de bens duráveis (situado, sobretudo, na cidade de Manaus); setor minero-metalúrgico (principalmente na região de Marabá e Barcarena); setor agropecuário e desdobramentos (sul do Pará e interior de Rondônia); setor de infraestrutura (rodovia Cuiabá-Santarém, eclusas em Tucuruí e Belo Monte em Altamira).

A Amazônia tem um grande potencial de desenvolvimento socioeconômico nos próximos anos. Este desenvolvimento terá como maior condicionante o fator ambiental – os empreendimentos que se mostrarem prejudiciais ao meio ambiente sofrerão fortes pressões internas e externas pela sua inviabilização. A concretização do cenário mais desejável dependerá, portanto, da competência das políticas governamentais em regular o processo de ocupação produtiva da região.

Finalmente, as observações e análises contidas neste estudo poderão ser aproveitadas pela Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal no sentido de adotar medidas alinhadas com as perspectivas de desenvolvimento regional – no caso, para adequar suas estruturas aos *hot spots* econômico-tributários identificados, de forma a facilitar o cumprimento de sua missão. Adicionalmente, o estudo pode ter conti-

nuidade, objetivando embasar as análises setoriais – tais análises são necessárias para identificar distorções econômico-tributárias que, por sua vez, poderão subsidiar a ação fiscal inibidora da sonegação de tributos, da fraude e do descaminho de mercadorias.

REFERÊNCIAS

ACORDO Sudam/PNUD. *Cenários sociais para a Amazônia Legal – 2000/2010*. Belém, 2001.

ALVARENGA, Tales. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1.527, 24 dez. 1997.

BECKER, Bertha K. Amazônia: mudança estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *A Amazônia e o seu Banco*. Manaus: Valer/Banco da Amazônia, 2002.

BRASIL. *Avaliação da política de incentivos fiscais ao desenvolvimento regional na área da Sudam*. Belém, jul. 1995.

BRASIL, Marília C., et alii. A população da Amazônia (1940 a 2000). *A Amazônia e o seu Banco*. In: MENDES, Armando Dias (Org.). Manaus: Valer/Banco da Amazônia, 2002.

CAPRA, F. *A teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix/Amana-key, 1996.

COSTA ROMÃO, Maurício; BARROS, Marcelo. *Produto Interno Bruto e Investimentos nos estados da Região Norte, 1990/1997*.

COSTA, José Marcelino M. Impactos econômico-territoriais do atual padrão de ocupação da Amazônia. In: COSTA, J. M. M. da (Coord.). *Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso*. Belém: Cejup, 1992.

_____. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *A Amazônia e o seu Banco*. Manaus: Editora Valer/Banco da Amazônia, 2002.

DIAS MENDES, Armando. *Reorientação do crescimento econômico: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap, 1995.

ELETRONORTE/MACROPLAN. *Cenários socioenergéticos para a Amazônia 1998-2020*, janeiro; Eletronorte/Macroplan (2001), *Cenários socioenergéticos para a Amazônia 2000-2020*. Versão técnica revisada e atualizada, fevereiro.

CLÁUDIO PORTO E CONSULTORES ASSOCIADOS. *Amazônia: cenário socioeconômico e projeção da demanda de energia elétrica no horizonte – 2010*. Brasília, jun. 1988. Mimeografado.

FOLHA DE S. PAULO. Vale investe US\$ 232 mi em nova mina de cobre. São Paulo, out. 2005.

GAZETA MERCANTIL. Usina de gusa da Vale e Nucor começa a operar até outubro. São Paulo, jan. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria Especial de Estado de Produção do Pará (Seprod). Setor Florestal. Página da Internet, 2005.

_____. Setor Mineral.

_____. Agronegócios.

IBGE. Contas consolidadas para a nação: revisão dos anos 1990-1994 e atualização de 1995. *Indicadores IBGE*, Rio de Janeiro, out. 1996.

_____. Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995).

JB *on-line*. Nova planta vai aumentar produção de GLP. Out. 2005.

LINS, Ruy Alberto Costa. Amazônia Ocidental: a presença do Banco da Amazônia no projeto brasileiro. Zona Franca de Manaus. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *A Amazônia e o seu Banco*. Manaus: Editora Valer/Banco da Amazônia, 2002.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. *Rev. FAE*, Curitiba, v. 4, n. 2, p.1-12, maio/ago. 2001.

MENDES, Armando Dias (Org.). *A Amazônia e o seu Banco*. Manaus: Editora Valer/Banco da Amazônia, 2002.

_____. Um projeto para a Amazônia. *Revista Econômica*, Belém, Basa, v. 1, n. 4, p.35-38, set./dez. 1971.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Potencialidades Regionais – Estado de Rondônia. Manaus, 1999.

_____. Potencialidades regionais – Estado do Amapá. Manaus, 1999.

_____. Potencialidades regionais – Estado do Amazonas. Manaus, 1999.

_____. Potencialidades regionais – Estado do Acre. Manaus, 2000.

_____. Potencialidades regionais – Estado de Roraima. Manaus, 2000.

RECEITA FEDERAL. *Anais do 1º Seminário sobre o Potencial Econômico e Tributário da Amazônia*. Superintendência Regional da Receita Federal – 2ª Região Fiscal. Belém: Esaf, 2001.

SANTANA, Antônio Cordeiro de. Desempenho internacional da agropecuária na Amazônia e a contribuição do Basa. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *A Amazônia e o seu Banco*. Manaus: Valer/Banco da Amazônia, 2002.

SUFRAMA. Histórico da Zona Franca de Manaus. Página da Internet, 2005.

VERGOLINO, José Raimundo; GOMES, Gustavo Maia. Metamorfoses da Economia Amazônica. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *A Amazônia e o seu Banco*. Manaus: Valer/Banco da Amazônia, 2002.



ANEXO – INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Tabela 1. População dos estados

Estados	Total	Rural %	Urbana %	Homens %	Mulheres %
Pará	6.332.1742	33,5	66,5	50,5	49,5
Amazonas	2.892.420	25,8	74,2	50,2	49,8
Rondônia	1.407.608	35,9	64,1	51,3	48,7
Amapá	498.158	11,0	89,0	50,2	49,8
Roraima	336.423	23,9	76,1	51,2	48,8
Acre	573.267	33,6	66,4	45,0	55,0

Fonte: IBGE

Tabela 2. População – participação relativa das Unidades da Federação e das capitais/2001

Unidades da Federação	População residente	Participação relativa %	Municípios das capitais	População residente	Particip. relativa na unidade %
	12.040.050	100,0	Capitais	40.371.575	23,81
Rondônia	1.407.608	11,7	P. Velho	334.585	24,28
Acre	573.267	4,8	R. Branco	252.800	45,36
Amazonas	2.892.420	24,0	Manaus	1.403.796	49,41
Roraima	336.423	2,8	B. Vista	200.383	61,82
Pará	6.332.174	52,6	Belém	1.279.861	20,68
Amapá	498.158	4,1	Macapá	282.745	59,42

Fonte: IBGE/2001

Tabela 3. Participação relativa dos estados no PIB regional e PIB per capita – 2001

Região Norte e Estados	PIB (R\$ milhão)	% Regional	PIB per capita (R\$ 1,00)
Brasil	1.198.736	–	6.954
Norte	57.026	100 (4,76)	4.312
Pará	21.748	38,1	3.435
Amazonas	20.736	36,3	7.169
Rondônia	6.083	10,7	4.321
Tocantins	3.067	5,4	2.590
Amapá	2.253	4,0	4.5203
Acre	1.921	3,4	3.351
Roraima	1.219	2,1	3.623

Fonte: IBGE

Tabela 4. IDHM

Estados	1991	2000	2000 – Ranking nacional
Brasil	0,696	0,766	–
Amapá	0,691	0,753	12
Roraima	0,692	0,746	13
Rondônia	0,660	0,735	14
Pará	0,650	0,723	15
Amazonas	0,664	0,713	16
Acre	0,624	0,697	21

Fonte: PNUD/Índice do PNUD – Média

Tabela 5. *Ranking* do PIB

Estados	1985	1990	1995	2000	2001
Pará	12	9	12	13	12
Amazonas	13	10	14	14	14
Rondônia	22	22	23	22	22
Amapá	25	24	24	25	25
Acre	24	26	26	26	26
Roraima	26	27	27	27	27

Fonte: IBGE

Tabela 6. *Ranking* do PIB *per capita*

Estados	1985	1990	1995	2000	2001
Amazonas	5	4	7	8	7
Amapá	14	11	12	14	14
Rondônia	13	15	15	15	16
Roraima	16	13	23	18	19
Pará	21	16	17	21	21
Acre	22	21	20	22	22

Fonte: IBGE

Tabela 7. *Rankings* do PIB, PIB *per capita* e IDH

Estados	2001 Ranking PIB	2001 Ranking PIB <i>per capita</i>	2000 Ranking IDH
Pará	12	21	15
Amazonas	14	7	16
Rondônia	22	16	14
Amapá	25	14	12
Acre	26	22	21
Roraima	27	19	13

Fonte: IBGE/PNUD

Tabela 8. Exportações – zona produtora/US\$ milhões

Ano	Valor	%
1996	2.490	5.04
1997	2.561	4.83
1998	2.568	5.09
1999	2.668	5.60
2000	3.313	6.01
2001	3.237	5.56
2002	3.430	5.68
2003	4.103	5.72

Fonte: Receita Federal do Brasil/Sistema Lince

Gráfico 1



Fonte: Dados brutos Fiepa/elaboração do autor

Tabela 9. Importações

Ano	Valor	%
1998	3.421.596.582	5,96
1999	3.094.785.149	6,30
2000	4.411.113.721	7,89
2001	3.735.677.022	6,75
2002	3.430.836.812	5,68
2003	3.766.598.478	7,81

Fonte: Receita Federal do Brasil/Sistema Lince

Tabela 10. Balança comercial/2003

Estado/Região	Exportação	Importação	Saldo
Acre	5.337.060	817.738	+ 4.519.322
Amazonas	1.299.921.851	3.455.703.252	- 2.155.781.401
Amapá	19.563.125	4.981.920	+14.581.205
Pará	2.677.521.012	291.663.393	+ 2.385.857.619
Roraima	3.831.112	2.355.835	+ 1.475.277
Rondônia	97.741.025	9.076.340	+ 88.664.685
	4.103.915.185	3.764.598.478	+339.316.707

Fonte: Receita Federal do Brasil/Sistema Alice